

**I CONACSO - CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS: DESAFIOS
DA INSERÇÃO EM CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS.
23 A 25 DE SETEMBRO DE 2015
UFES, VITÓRIA-ES.**

**APROPRIAÇÃO E USO DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NA CIDADE
DE SÃO LUÍS¹**

Universidade Estadual Do Maranhão

Joallysson Desterro Bayma²

Resumo: A questão urbana está associada a padrões de comportamento presentes nas cidades e esses mesmos padrões caracterizam e modelam o espaço, o que resulta na compreensão da categoria “lugar”, que enfatiza a existência de dinâmicas específicas nos ambientes urbanos. Esse parâmetro ressalta que as necessidades de utilização do espaço são substancialmente diferentes e que os problemas urbanos nem sempre estão relacionados à integração, mas sim a gestão do sistema social, ou seja, o controle dos mecanismos que atendam as necessidades daqueles que residam no espaço que se configura como urbano. Netas dinâmicas a análise das Áreas de Proteção Ambiental e dos seus processos de apropriação e uso tornam-se favoráveis para a construção de um entendimento a respeito do processo de urbanização e dos aspectos relacionados a questão socioambiental na cidade de São Luís.

Palavras-chave: Apropriação e Uso; Áreas de Proteção Ambiental; Desenvolvimento Urbano.

1 INTRODUÇÃO

As áreas de proteção ambiental têm reservado um importante número de recursos naturais e sua existência é resultado de aparato ideológico e de políticas que visam à manutenção da natureza e sobrevivência das próximas gerações. Embora haja dispositivos jurídicos e um conjunto de procedimentos direcionados para a proteção desses espaços, eles acabam sendo alvos de disputas que originam determinados conflitos socioambientais. Este esforço reflexivo foi desenvolvido como parte do projeto de pesquisa “Conflitos socioambientais urbanos: apropriação e uso de áreas de proteção ambiental”, orientado pela professora Dr^a Rosirene Lima e teve o objetivo de reconhecer essas áreas de proteção ambiental e averiguar os processos de apropriação e usos das mesmas, havendo o levantamento e articulação de compreensão de diferentes perspectivas a respeito do

¹ Trabalho produzido como resultado de pesquisa de iniciação científica. Orientado pela Professora Dr^a Rosirene Martins Lima.

² Estudante do 9º período do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão e bolsista de iniciação científica da FAPEMA.

conteúdo pesquisado, as leituras, as interpretações e compreensões a respeito dos conceitos e categorias relacionados à temática, e as abordagens de conceitos como: urbanização, metropolização, cidade corporativa e outros, com o objetivo de compreender a relação entre as Áreas de Preservação e os processos urbanos. Com base nesses estudos e reflexões a análise sobre as áreas de proteção ambiental e a crescente expansão urbana, que se constitui como objeto em questão, pode ser captado e delineado, enquanto, um recorte da cidade de São Luís.

Foram coletados junto a órgãos públicos dados e informações que pudessem auxiliar o desenvolvimento do estudo sobre as Áreas de Proteção na cidade de São Luís. Dentre esses órgãos, destaca-se a Secretária de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais- SEMA, o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos- IMESC, através dos quais se identificou as APAS (Áreas de Proteção Ambiental) do Maracanã, Itapiracó e da Lagoa da Jansen. A coleta desses dados junto a essas instituições possibilitou uma noção de quais as atividades e comunidades vivem próximas a essas áreas. As atividades posteriores estiveram relacionadas a análises dessas localidades para verificar as informações colhidas e para observar os possíveis usos e a formas de apropriação que estão ocorrendo nas áreas demarcadas para proteção.

2 PERSPECTIVAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO URBANO E DO AMBIENTAL

A construção da cidade passa por muitos campos de compreensão da realidade, dentre tais campos, o urbanístico é aquele que em síntese trabalha até certo ponto a organização territorial do espaço, mas nesse entendimento é necessária certa contagem dos elementos urbanos e sua relação com a conservação ambiental, esse esforço de construção de modelos de cidade que integre os aspectos da natureza a dinâmica coloquial da cidade não é tão atual quanto se pensa, nesse sentido se pode dizer que programar componentes naturais no meio urbano quase sempre não pressupõe a fusão de cidade e natureza, mas sim uma tentativa de adequar a natureza ao projeto urbanístico da cidade.

O entendimento de que a questão urbana esta associada a padrões de comportamento presentes nas cidades e que esses mesmos padrões caracterizam e modelam o espaço, resulta na compreensão categórica de lugar, que enfatiza a existência de dinâmicas específicas nos ambientes urbanos. Esse parâmetro ressalta que as necessidades de utilização do espaço são substancialmente diferentes e que os problemas urbanos nem sempre estão relacionados à integração, mas sim a gestão do

sistema social, ou seja, o controle dos mecanismos que atendam as necessidades daqueles que residam no espaço que se configura como urbano. Outro elemento que infere na construção desse espaço conhecido como cidade é o aspecto econômico, mas é evidente que este item está relacionado aos dados valorativos de determinados espaços de uma cidade, em outras palavras, a facilidade ou dificuldade de transporte, compra, acessos aos centros administrativos e aos espaços de entretenimento coletivo determinam e afeta diretamente o valor financeiro do local, gerando uma teia de valorização e desvalorização mensuradas pelo valor econômico e social ligado à teoria da localização.

No processo de análise do objeto de pesquisa se trabalhou a construção de um entendimento a respeito do processo de urbanização, e a partir de então compreender as formas e os procedimentos de apropriações e usos das áreas de proteção ambiental (APAS). A construção desse conhecimento foi dirigida por algumas perspectivas teóricas de autores como Milton Santos que reflete sobre a urbanização brasileira. É por volta do século XVIII que as cidades brasileiras engrenam seu dinamismo e evolução, portanto, essa é uma urbanização pretérita, que encontra sua consolidação conforme o avanço do meio técnico-científico, pois é através da ciência, da tecnologia e dos investimentos que se constrói ou remodela um ambiente e se estrutura as suas características.

Nessa análise destaca-se que as estruturas das pequenas cidades vão mudando de acordo com a implantação de atividades industriais, que exigem profissões mais técnicas, e assim, a cidade amplia ou transforma suas necessidades e relevâncias, nesse contexto à especulação ganha espaço, e o espaço natural é sobreposto pelo espaço social que centra as atividades burocráticas e atrai um grande número de pessoas que desejam residir próximo a localidades consideradas cruciais no espaço da cidade, esse modelo funcionalista, acaba por produzir uma cidade desigual, na qual, determinados espaços são mais valorizados em detrimento de outros, ocorrendo assim uma tendência à estratificação das classes de acordo com as diferentes localidades da cidade.

A cidade de São Luís não foge tanto a este modelo, pois se nota as diferenças nas condições de moradia e de recursos entre determinados bairros e localidades, bairros como Maracanã e Calhau podem ser bons exemplos desse modelo de cidade. No primeiro bairro citado localiza-se uma área de proteção ambiental, na qual, a população faz uso de certos recursos dessa área. No segundo os imóveis e as construções ameaçam de certa forma o espaço natural, é nesse contraste de avanço da expansão urbana e de conservação da natureza que se ergue o desafio de manter uma unidade de conservação no interior ou

próximo da cidade. Desta maneira, a cidade de São Luís tem em sua estrutura espaços em utilização indevida, construções periféricas que podem demonstrar as disparidades entre os diferentes espaços da capital.

As transformações nas estruturas sociais, econômicas e nos espaços de habitação em São Luís vêm adequando tudo a um modelo corporativo de cidade (SANTOS, 2005) estando presente a concentração de riqueza numa pequena parcela da sociedade, o que gera o aumento da pobreza e uma redução dos espaços qualificados para habitação, pois essas áreas são geralmente separadas para atender a finalidades industriais ou construção de empreendimentos pouco acessíveis a grande parte da população. Esse cenário propicia ameaça as regiões destinadas à Proteção Ambiental, que acabam por serem ocupadas ou mal utilizadas para atender necessidades básicas, dentre elas, a necessidade de moradia, ou à especulação imobiliária.

Esse conjunto de mudanças faz com que a perspectiva de Henri Lefebvre apresentada em sua obra “O direito à cidade” traga a compreensão de que a cidade é um meio termo que se encontra enquanto produto de uma ordem constituída pelas relações entre indivíduos e grupos de indivíduos, portanto, o espaço que chamamos cidade não é dado, bem como, o urbano não é uma categoria transcendental ou um costume meramente abstrato, um depende do outro, sendo a cidade o espaço físico e o outro a maneira de pensar, de se comportar e modificar o espaço, tratando-se então de uma realidade prática e sensível, na qual, os diferentes ramos do conhecimento devem empregar seus mecanismos e trabalhar com unidade, na tentativa de se pensar o real significado de cidade e apontar possíveis soluções para as dificuldades nos espaços urbanos.

O desenvolvimento sustentável é uma ideia expressa pela necessidade de produzir e garantir a produção, o que como consequência está ligada à manutenção da vida, ou mesmo, a continuidade de padrões de vida, referida discussão conceitual é percebida e criticada pela categoria construída e conhecida como racionalidade ambiental, que está envolvida com elementos que se ligam à questão do desenvolvimento econômico e social, pois tais elementos se apresentam em um pano de fundo contemporâneo que percebe a questão ambiental, ou a chamada sustentabilidade como uma responsabilidade social (Leff, 2004, p.35). A necessidade de se pensar nas transformações que o conceito de sustentabilidade vem passando pode ser apreciada dentro do próprio processo de construção da racionalidade ambiental, as sociedades enxergam a sua continuidade através dos processos econômicos que se constroem e se articulam no interior de um campo de

disputas em que quase tudo pode ser transformado em mercadoria, assim o mercado monta o palco para os esquemas econômicos, e o processo de transformação dos seres ou coisas passa constantemente por uma transformação objetivada, em outros termos, a natureza é coisificada e transformada em um objeto que dentro do mercado pode obter o chamado valor de uso e valor de troca.

O processo de objetivação da natureza (Leff, 2002, p. 480) não está simplesmente pautada na sua transformação em mercadoria, mas transcreve-se economicamente ao conceito de sustentabilidade a partir do momento em que se percebe através dessa categoria a oportunidade de criar verdadeiros bancos genéticos e reservas de matéria-prima que receberão um destino rentável em um futuro próximo, torna-se possível atribuir um novo sentido a diversidade genética presentes em espaços ambientais preservados, pois estes se transformam em capital reserva, ou mesmo, um interessante fundo de investimento para o prolongamento do sistema capital. Essa forma de lidar com as questões referentes à dinâmica ambiental chega a transpor-se através do conceito da lei da entropia, que denota o desgaste ou a degradação de um sistema, no trato da questão ambiental essa lei pode significar a desordem do sistema econômico e do prospecto social pelo qual os indivíduos percebem a natureza, produzindo um intento ou sensação nos indivíduos de exterioridade aos fenômenos instáveis e processuais que ocorrem no ambiente.

A lei da entropia foi responsável por reflexões que desconstróem o discurso da sustentabilidade que em determinadas circunstâncias servia aos interesses de racionalidades econômicas, essa desconstrução tornou possível o construir da teoria da racionalidade ambiental articulada por um conjunto de pensadores das questões ambientais, dentre os quais, pode-se destacar Enrique Leff, Arturo Argueta e Eckart Boege. Os argumentos apresentados pelos discursos de desenvolvimento sustentável estão relacionados a um crescimento que se pretende ecológico, mas tais argumentos aparentam se diluir ante as notícias de catástrofes sociais ocasionadas pelas alterações nos fenômenos e processos da natureza. Acrescenta-se a isso, o fato desse aspecto estar ligado a forma como a racionalidade econômica, que se relaciona intimamente com a produção do capital, percebe e empregam seus esforços na transformação do ambiente, o que em muitos aspectos se dá através da naturalização da mercantilização da natureza, as produções que geram altos lucros estão cada vez mais se apropriando, utilizando e reservando espaços de

biodiversidades e de importantes elementos naturais, para o atendimento de finalidades econômicas primordiais para as negociações no mercado econômico internacional. Essas características podem ser percebidas como parte do processo de capitalização da natureza, e assim, novas formas de desigualdade na distribuição ecológica dos direitos de uso e transformação da natureza podem ser estabelecidas dentro da esfera urbana.

É preciso destacar que o próprio conceito de valor dentro da racionalidade econômica alterou-se, nesta mudança a natureza não parece ser percebida dentro da teoria do valor como um elemento determinante da importância que se atribui ao produto, este elemento não é somente um parâmetro de artificialização da natureza, mas é também a desarticulação do processo de valor/trabalho que implica na desconstrução processual da energia física e criativa da humanidade. Uma vez que se considere a atribuição de valor como a cristalização do tempo na produção daquilo que possui alguma utilidade, o mercado capital vai à contramão, exercendo em seguida, uma prática de definição do valor de troca baseado na intensidade de procura que o público consumidor manifesta por um produto em questão. O progresso tecnológico pode ser inserido nesta discussão a partir da observação de que são elementos transformadores da força e do tempo produtivo, gerando instabilidades no cálculo do tempo de trabalho socialmente necessário. Nesse sentido, Enrique Leff (2004, p. 36) argumenta:

Uma vez que o desenvolvimento da grande indústria reduz todo o trabalho à aplicação de movimentos simples e diretos, cada progresso impõe certas condições médias de intensidade para a aplicação da força de trabalho, de maneira que em tempos iguais produz igualmente valores iguais. Dessa forma, o valor que qualquer mercadoria contém será ponderado pela intensidade média requerida por sua fabricação? Mas, ao mesmo tempo, o progresso técnico faz variar a produtividade da força de trabalho, de modo que estabelecer o tempo de trabalho socialmente necessário que resulta no processo de inovação e difusão técnica constitui um problema teórico e técnico fundamental para a teoria marxista do valor.

Afirmar que o desenvolvimento das forças produtivas é externo e independente da formação do valor é incoerente dentro da teoria do valor, pois uma vez que a formação do valor depende do tempo, que por sua vez é afetado pelas forças produtivas, então o valor e as forças produtivas estão se produzindo em uma dinâmica relacional que pode ser caracterizada como dialética, e nesta produção o trabalho científico e técnico deve ser percebido como um grande colaborador para a produção material do espaço, pois é este o conhecimento responsável pela produção e pela agilidade produtiva, além disso, é este o conhecimento empregado na recapitalização do excesso de capital, produzindo posteriormente mais capital e novos espaços urbanos. Assemelha-se a um jogo de

múltiplas tarefas, em que o conhecimento é empregado em diferentes campos para a manutenção do próprio sistema, que não cogita a inserção da natureza como parte fundamental de si, esta assertiva do sistema produtivo capital promove a proteção dos espaços naturais, enquanto forma de permanência e manutenção do esquema já existente, e seus investimentos nos conhecimentos se direcionam de forma sucinta para uma ideia de mercadorização dos espaços através de sua própria fragmentação em capitalismo cognitivo e especulativo. Mesmo com desenvolvimento das forças produtivas ocasionadas pelo avanço técnico e científico às relações não deixaram de persistir em práticas consideradas recorrentes, e no que diz respeito à questão socioambiental, as desigualdades prosseguem havendo classe detentoras dos recursos naturais e do conhecimento que transforma e utiliza tais recursos.

Em virtude desses caracteres que apontam para uma entropia do próprio sistema a categoria “natureza” deve ser vista de outra forma, pois o conceito de natureza não é simplesmente, uma investigação teórica ilimitada sobre a própria natureza, sujeita a uma exposição argumentativa experimentalmente pura e histórica, mas um conceito que deve ser notado de maneira que os meios de produção articulem-se ao ambiente e tragam uma forma de interação entre as relações de produção e a natureza, o que se concretizaria por meio de conhecimentos técnicos e científicos que apreendessem a natureza como parte fundamental para toda e qualquer produção, acrescentando o cuidado necessário para a resiliência dos processos naturais, a possibilidade dessas características se articularem está ligada a transformações na organização do tempo de produção, sendo necessária a precisão na produção dos itens, o que significa dizer, que a produção deveria considerar prioridades. Leff sinaliza que as mudanças no campo da produção material não podem prosseguir superficiais, mas a profundidade das ações pode transpor-se para a transformação das circunstâncias de deterioração da própria condição de continuidade da vida, pois toda essa estrutura é resultado da estrutura social, do modo de reflexão teórico e prático associado ao modelo produtivo posto em exercício pelos próprios atores em questão. Por isso Leff (2004, p. 52-53) pontua:

A conversão da natureza em objetos de trabalho e de seus produtos em mercadorias, o intercâmbio generalizado entre esses produtos em função do tempo de trabalho socialmente necessário- de seu valor-, não é um pressuposto filosófico materialista nem uma dialética do processo laboral da história humana em geral, e sim da estrutura social, da racionalidade teórica e prática e do modo de produção da sociedade capitalista. [...] Os objetivos do trabalho dependem, por um lado, das necessidades e desejos subjetivos do homem e, por outro, das leis do material de que dispõe para atingir a satisfação. No entanto, nem o sujeito é o princípio dos seus próprios desejos em necessidades, nem as leis da natureza são imanentes e estáticas, nem a ciência é em si mesma uma via de libertação.

A necessidade de construção de uma nova racionalidade produtiva que integre diferentes processos de desenvolvimento científico e saberes tradicionais, considerando as falhas do atual sistema, torna a contemporaneidade um cenário propenso para a elaboração de uma reflexão sobre uma racionalidade, que não ignore os diferentes significados socioculturais que pode haver nas concepções de utilização e proteção ambiental, nesta racionalidade as formações culturais e a construção das identidades devem ser elementos participativos, em outras palavras, devem estar marcando campos cognitivos presentes na substancialidade da ação do sujeito e interferindo na abrangência das categorias que se situam na estrutura. Pensar em uma racionalidade ambiental implica todo esse processo mencionado, o que a propósito remete a reflexões que repensem as características e práticas do modelo econômico em vigência, elaborando uma economia mais preocupada com a racionalidade ambiental, em seu sentido concreto e pensado.

3 O PROCESSO URBANO E AS ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAIS DE SÃO LUÍS

Aplicando essas perspectivas a cidade de São Luís e verificando os processos referentes à apropriação e uso das áreas de proteção ambiental da cidade pode-se listar três APAS, que são respectivamente a APA do Itapiracó, Maracanã e Lagoa da Jansen, realizando um trabalho investigativo e relacionando essa prática aos objetivos da pesquisa tentou-se compreender as estruturas de apropriação e uso que ocorrem nesses lugares. Desse modo, foi observado na APA do Itapiracó o funcionamento do sistema de segurança da área e as práticas ocorridas nesse espaço de conservação, que em suas dimensões gerais aparentam um estado superficial de conservação, muito embora, o posto da polícia ambiental seja distante das entradas de acesso da APA e o caminho seja de longa extensão, o posto está situado em uma área central da APA, o que parece deixá-la muito vulnerável. As imagens abaixo podem facilitar a compreensão dos fatos até aqui apresentados.



Figura 01: Um dos acessos a APA do Itapiracó e Posto de Polícia Ambiental.

Fonte: Grupo de pesquisa Cidade, Território e meio Ambiente.

Data: 01/03/2013

Segundo o Tenente Gomes este posicionamento facilita o trabalho de fiscalização. Em uma breve entrevista, o Tenente informou que as principais ocorrências são de desmatamento e de alguns assaltos às pessoas que utilizam o caminho principal da APA para atividades esportivas, tais como, caminhada, ciclismo e corridas, pois segundo o entrevistado o maior problema enfrentado no processo de manutenção da APA é justamente a conscientização, pois algumas das localidades encontram-se poluídas por lixo e entulho dos bairros adjacentes. Ainda segundo o Tenente, a APA era gerida anteriormente por uma Organização não governamental chamada ABARÁ, que realizava fortes trabalhos de ensino ambiental e conservação. Mesmo com estas atividades tendo sido realizadas o rio que passa pela APA e que possui o mesmo nome da unidade de conservação está poluído por conta do esgoto desses Bairros – Cohatrac e os assentamentos Terra Livre e Canudos que se encontram no entorno da APA do Itapiracó.

Em uma segunda pesquisa de campo realizada nessa APA, descobriu-se um uso anterior pelo Ministério da Agricultura que realizava atividades de criação de peixes e experimentos do solo para plantio de espécies frutíferas, se percebeu a construção de casas em estágio simples, sinalizando uma comunidade em formação, em entrevista, Seu Francisco um dos moradores mais antigos da comunidade do Itapiracó, relata que já existem mais de quarenta casas dentro da unidade de conservação do Itapiracó, e que a comunidade já tem algum tempo de existência. Ao ser questionado sobre o descarte do lixo que é produzido pela comunidade, o seu Francisco afirmou que o lixo geralmente é queimado nos quintais das casas, pois como não há a possibilidade de tráfego de caminhões de lixo essa acaba sendo a melhor alternativa. A comunidade apresenta certo índice de criminalidade, com pontos de uso de drogas no meio da vegetação mais fechada, observa-se ao longo de uma caminhada pelos domínios da APA a existência de campos de

futebol e de lixões provenientes em sua grande parte das comunidades que vivem nas cercanias da APA, os assentamentos acima mencionados não possuem saneamento básico e todo o esgoto é despejado no rio, nas imagens abaixo se podem perceber os aspectos descritos.



Figura 02: Rio Poluído da APA do Itapiracó
Fonte: Grupo de Pesquisa Cidade, Território e Meio Ambiente.
Data: 18/10/2013



Figura 03: Casa em construção dentro do Itapiracó.
Fonte: Grupo de Pesquisa Cidade, Território e Meio Ambiente.
Data: 18/10/2013

A área de proteção ambiental do Maracanã, criada em 1991 com o intuito de contenção do forte avanço industrial sobre as áreas naturais de São Luís, não possui uma fiscalização ambiental efetiva, e dentre suas características se apresentam fortes atrações culturais, tais como, bumba meu boi, festa da juçara e festejos religiosos, que em si constituem um uso desse espaço socioambiental. A APA em questão aparenta ter como maior impacto o desmatamento dos juçarais, em virtude de construções de casas e condomínios e da extração de pedras pra construção civil, o aumento populacional nesta região esta ligado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), uma vez que, em 2002 existiam 2.000 habitantes e atualmente existem três pontos do projeto do Governo Federal Minha Casa Minha Vida (projeto pertencente ao PAC) com a previsão de construção de 6.700 habitações dentro do território da APA.

No Maracanã foi criada a Associação Comunitária do Maracanã Turismo (ACOMTUR) que visa: Divulgação do Turismo ecológico e conscientização da população local. Segundo informações dessa instituição, existiam quatro trilhas ecológicas no Maracanã, a trilha Parque da Juçara, Rosa Morchel, Baluarte e Joca Guimarães, que eram utilizadas pelos guias para atrair turistas. Atualmente existe apenas uma trilha por onde se pode realizar o trabalho turístico que é a trilha Joca Guimarães, as demais encontram-se em processo de venda, ou mesmo, sendo utilizadas para extração de matéria-prima para

construção civil. Outro elemento que pode ser observado como parte do processo de uso desse espaço é a especulação da duplicação da BR- 135, que se não for ajustado a ideia de conservação que permeia a manutenção da APA, pode acabar se tornando uma forte ameaça a este espaço de preciosidades naturais. Na imagem abaixo visualiza-se um juçaral em bom estado de conservação, presente em uma trilha ecológica da APA do maracanã.



Figura 06: Juçaral da Trilha Do Parque da Juçara.
Fonte: Grupo de Pesquisa Cidade, Território e Meio Ambiente.
Data: 20/03/2013

A APA da Lagoa da Jansen anteriormente era um Parque Estadual e recentemente foi reconhecida como Área de Proteção Ambiental. É um espaço no qual, se realiza um grande número de eventos comemorativos e shows. A infraestrutura da APA não apresenta boas condições, tendo esgotos a céu aberto e um alto nível de poluição nas águas de sua laguna. A APA é consideravelmente extensa e por se encontrar em uma área considerada nobre na cidade e ser um importante ponto turístico é bem arborizada e de rápida localização. A APA tem um alto índice de especulação imobiliária o que a torna um objeto de interesse e de grande valor de uso e de troca.

Em março deste ano a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (SEMA) realizou um mutirão de limpeza na Lagoa da Jansen, essa foi uma das primeiras medidas do plano de revitalização e recuperação do espaço físico e conservação ambiental na APA da Lagoa da Jansen. Com o emprego de maquinários pesados desobstruíram as vias e córregos, essas ações fazem parte do projeto “Viva Lagoa”. A Secretaria de Urbanismo e Habitação realizou uma ação de desobstrução do

espaço público na Área de Proteção Ambiental da Lagoa da Jansen, o caso mais recente foi a remoção de uma empresa que teve toda a sua área construída de forma ilegal sob área verde do município.

Algumas imagens coletadas em pesquisa de campo revelam que o espaço da APA da Lagoa da Jansen é também um lugar de interação coletiva, ou seja, essa localidade proporciona o exercício de atividades esportivas, encontros casuais, piqueniques, passeios escolares e eventos comunitários, usos estes que reforçam os laços de pertencimento dos cidadãos com o seu lugar de habitação.



Passarela para caminhadas e via cíclica da APA da Lagoa Da Jansen.
Fonte: Grupo de Pesquisa Cidade, Território e Meio Ambiente.
Data: 06/06/2013

CONCLUSÃO

O estudo investigou as atividades e práticas que se apresentam nas áreas de proteção ambiental, realizou levantamento de informações a respeito das mesmas, verificando os processos de apropriação e uso das APAS que em muitos casos aparenta não obedecer a certos critérios legais, o que sinaliza uma necessidade mais intensificada de fiscalização e de sensibilização da população, principalmente daquelas que vivem nas proximidades ou mesmos nos domínios das mencionadas Áreas de Proteção Ambiental. Ao se trabalhar com a percepção de lugar, como uma classificação que designa algum atrelamento ao ambiente em que se reside, constatam-se as diferenças representativas demarcadas nas visões de conservação das comunidades que estão nessas APAS e do governo que as gerir por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA).

Nesse sentido, foi possível notar que se por um lado à própria população que utiliza as APAS presentes na cidade de São Luís se sente despreparada para lidar com as exigências de se morar em um espaço de conservação ambiental, e isso implica dizer um

espaço de uso sustentável, por outro as políticas governamentais parecem não alcançar essas comunidades em seus sentidos mais abrangentes, ou seja, em suas práticas cotidianas. A implicância das utilizações desses espaços de forma indevida pode ocasionar uma desestabilidade em suas próprias noções de criação, mas a possibilidade de maturação dos processos de proteção dessas áreas é gradativa e quando estabelecida suscita um cuidado autêntico com os recursos nelas presentes.

As Áreas de Proteção Ambiental na Cidade de São Luís são importantes instrumentos de conservação da natureza regional e analisá-las fez parte de um trabalho intelectual que emprega a percepção de que o lugar e os comportamentos relacionais são ditames de modelagem do espaço natural, em termos mais claros, os indivíduos geram com seus respectivos espaços de reprodução e manutenção da vida, laços de construção e adaptação que estabelecem um sentimento de pertencimento. As estratégias de manutenção dos lugares e de suas riquezas naturais se expressam através de medidas como a criação de APAS e outros esquemas. Suas finalidades e objetivos visam além da conservação, o desenvolvimento de atividades educativas, de conscientização e sensibilização, pois a questão da conservação ambiental é parte de uma complexa mudança de paradigma ligada às responsabilidades sociais.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é solido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia da Letras, 1940. p. 85-117.

HANNIGAN, John. **Sociologia ambiental**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009, p. 99- 119.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2004, p.31-69.

LEFF, Enrique. **La transición hacia el desarrollo sustentable: perspectivas de América Latina y Caribe**. México: PNUMA, 2002, p. 479- 516.

LIMA, Rosirene Martins Lima. **Conflitos socioambientais urbanos: O lugar como categoria de análise da produção de Curitiba/ Jardim Icaraí**. São Luís: Edições Uema 2008

LOPES, José Sérgio Leite (coord.). **A ambientalização dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

MARCONDES, Maria José de Azevedo. **Cidade e Natureza: proteção dos mananciais e exclusão social**. Studio Nobel, Ed. da Universidade de São Paulo, FAPESP, São Paulo, 1999.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Ed USP, 2005.